

MAPEAMENTO DAS PESQUISAS SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA E A QUESTÃO RACIAL (2006 - 2016): REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A EJA EM UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Tiago Dionísio da Silva¹

Victor Pereira de Sousa²

Stefania Luiza Marques Tieppo³

124

Resumo. O racismo é um problema estrutural e seu combate passa obrigatoriamente, também, pela intervenção educativa. Daí a importância de refletirmos como o tema é tratado no sistema escolar, uma vez que acreditamos que este seja capaz de contribuir para a transformação do imaginário, valores, culturas e condutas. Ainda que a Lei 10.639/2003 faça referência especial às áreas de conhecimento de História, Arte e Literatura, o conteúdo programático relacionado ao povo negro, que se propõe nesse trabalho, é para que se estenda esse debate com relação às demais áreas de conhecimentos, como por exemplo, a Geografia. Assim, analisamos a ANPEGE e a Revista Brasileira de Educação em Geografia, buscando a interseccionalidade entre a EJA (Educação de Jovens Adultos), Questão Racial e possíveis pistas teórico-metodológicas para o ensino de Geografia.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Ensino de Geografia; Interseccionalidade.

MAPPING RESEARCH ON THE TEACHING OF GEOGRAPHY AND THE RACIAL QUESTION (2006 - 2016): THEORETICAL-METHODOLOGICAL REFLECTIONS ON EJA IN AN INTERSECTIONAL PERSPECTIVE

Abstract. Abstract: Racism is a structural problem and the fight against it must, also, pass through the educational intervention. Here's the importance of reflecting on how this topic is treated in the school

¹Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ), tiago_dionisio@hotmail.com.br, <https://orcid.org/0000-0002-6556-9025>

²Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, (PPGGEO/UFRRJ), victordesousa@outlook.com.br, <https://orcid.org/0000-0001-8981-9730>

³Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, (PPGGEO/UFRRJ), stefanatieppo@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-5736-8664>

system, once we believe that it must be able to transform imaginary, values, cultures, and behaviors. Although Law 10.639/2003 makes special reference to the areas of knowledge of History, Art and Literature, the program content related to the black people, which is proposed on this article, is that this discussion must be extended to others knowledge areas, like Geography itself. So, we analyzed ANPEGE and Revista Brasileira de Educação em Geografia, searching for intersectionality between EJA (Educação de Jovens e Adultos), racial issues and possible theoretical and methodological clues for the geography's teaching.

Keywords: Educação de Jovens e Adultos; Geography Teaching; Intersectionality.

LA CARTOGRAFÍA DE LA INVESTIGACIÓN EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA Y EL TEMA RACIAL (2006 - 2016): REFLEXIONES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE EJA EN UNA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Resumen. El racismo es un problema estructural y su lucha debe implicar también una intervención educativa. De ahí la importancia de reflexionar sobre cómo se trata el tema en el sistema escolar, ya que creemos que es capaz de contribuir a la transformación del imaginario, los valores, las culturas y los comportamientos. Si bien la Ley 10.639/2003 hace especial referencia a las áreas de conocimiento de Historia, Arte y Literatura, el plan de estudios relacionado con los negros, que se propone en este trabajo, es ampliar este debate en relación con las demás áreas de conocimiento, por ejemplo, Geografía. Así, analizamos ANPEGE y la Revista Brasileira de Educação em Geografia, buscando la interseccionalidad entre EJA (Educação de Jovens e Adultos), Cuestión Racial y posibles pistas teóricas y metodológicas para la enseñanza de la Geografía.

Palabras clave: Educação de Jovens e Adultos; Enseñanza de la geografía; Interseccionalidad.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar um levantamento de pesquisas acadêmicas realizadas sobre os seguintes temas: Educação de Jovens e Adultos, Questão Racial e Ensino de Geografia. Para tanto, houve um amplo levantamento de pesquisas, com recorte para os anos de 2006 a 2016, nas principais associações e revistas especializadas nesta temática. Portanto, pretende-se cartografar, ou seja, mapear as pesquisas que envolvem as referidas temáticas.

A escolha pelo recorte temporal, entre 2006 e 2016, se justifica na medida em que, tendo-se passado 3 anos da promulgação da Lei nº 10.639⁴ (de janeiro de 2003), os resultados das novas pesquisas em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) sob, supostamente a sua influência, começaram a aparecer em 2006, prazo para o fim das pesquisas iniciadas em 2003 e 2004. Supõem-se que ao longo de três anos de existência da Lei, as reflexões, fruto das experiências de sua aplicação, poderiam ter sido exibidas em apresentações nos Grupos de Pesquisas dos eventos promovidos pelas principais associações ligadas ao ensino de Geografia, assim como nos artigos das principais revistas que se dedicam a temática do ensino.

Com isso, não foi desconsiderado a importância de pesquisas que precederam o período escolhido para análise, uma vez que existe ampla bibliografia produzida antes do ano da promulgação da Lei 10.639/2003, e que em muito contribuíram para a consolidação das reflexões sobre as relações raciais.

Assim, dentro do referido decênio, foram analisados os trabalhos apresentados nos GTs relacionados ao processo de ensino/aprendizagem da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), e nas edições da Revista Brasileira de Educação em Geografia. Entretanto, não foi possível analisar os trabalhos apresentados

⁴ No ano de 2003, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 sofre alterações em seu texto, trazidas pela Lei nº 10.639/2003, em seu Artigo 26-A, que determina a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos escolares brasileiros (BRASIL, 2003). Define também, os conteúdos programáticos a serem ministrados “no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”. E ainda, o Artigo 79-B da referida lei, por sua vez, estabelece a inclusão, no calendário escolar, do dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003).

na ANPEGE, pois não estavam disponíveis na lista relacional das apresentações das edições de 2007, 2009 e 2011. Diante das lacunas, optou-se por analisar os textos publicados na Revista da ANPEGE, buscando assim maior efetividade no objetivo proposto no recorte temporal.

A partir desta análise foi possível construir a cartografia das pesquisas sobre a Educação de Jovens e Adultos e a Questão Racial e ensino/aprendizagem em Geografia. Houve uma busca acerca da intersecção entre esses temas, no sentido de refletir sobre a interseccionalidade como estratégia teórico-metodológica e didático-pedagógica, para pensarmos as condições existenciais dos sujeitos centrais nesta pesquisa. Para realizar tal estudo, buscamos pesquisas que usaram como método o estado da arte, que segundo Ferreira (2002), o método pode ser definido entendendo que:

Nos últimos quinze anos tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que forma e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 257)

Assim, a realização da análise do estudo cartográfico se deu a partir da interseccionalidade, para verificar se a questão racial e classista, juntas, operam nas pesquisas ou não. Portanto, buscamos compreender até que ponto as inúmeras pesquisas desenvolvidas sobre essa modalidade de ensino, conseguem dar conta dessa complexa relação e/ou o quanto a fragmentação das análises enfraquece o referido campo. Gomes (2011) aponta a necessidade de analisarmos como a questão da raça opera nessas pesquisas que, portanto, reflete o racismo existente na sociedade brasileira, mas também como a raça está articulada com a exclusão social.

Ao relermos esses estudos, poderemos refletir se estes consideram a “raça” como uma categoria de análise relevante para se compreender a realidade estudada e se, ao focalizarem as camadas populares, cuja a maioria é negra,

a questão racial é tematizada. No Brasil, ao falarmos em educação em tempos de exclusão e em desigualdades sociais, inevitavelmente, falaremos da questão racial. E mais: se falarmos em lutas sociais, organização dos movimentos populares, educação popular, cultura juvenil da periferia, inevitavelmente, tocaremos na questão racial. (GOMES, 2011 p. 96)

Não é mais possível que a situação de estudantes da EJA seja encarada de forma desconectada da situação social e racial na qual estão mergulhados. Portanto, uma questão fundamental é reconhecer que as experiências do campo racial não podem ser enquadradas separadamente da experiência de sujeitos que vivem, essencialmente, da venda da sua força de trabalho. As situações precisam ser ampliadas conjuntamente para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que os sujeitos da EJA enfrentam, visto que eles e elas estão no mercado de trabalho, de forma hegemônica, e, em sua maioria são negros e negras.

Portanto, é pelo método de pesquisa do estado da arte, no sentido de se construir um panorama de como nosso objeto de investigação está sendo analisado nas demais pesquisas e sob as perspectivas da interseccionalidade das produções da Revista da ANPEGE e a Revista de Educação em Geografia, que buscamos contribuir para o fortalecimento da revisão da literatura do campo de estudos e dos possíveis desdobramentos dela, bem como identificar as lacunas existentes e sinalizar os pontos fortes das pesquisas.

A interseccionalidade no campo da Educação de Jovens e Adultos

Nas palavras de Crenshaw (2004, p. 15), “precisamos reconfigurar nossas práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional. Isso inclui a integração dos diversos movimentos [...]”, pois o que ocorre em última instância é o peso combinado das estruturas de classe e de raça sobre estudantes da EJA, que estão inseridos e inseridas, precariamente, no sistema escolar desde quando eram crianças e agora, ao retornarem aos bancos escolares como adultos e adultas, se deparam com uma escola que, muitas vezes, desconsidera suas experiências e trajetórias.

A interseccionalidade é encharcada de vida, experiência, subjetividade e objetividade. Parte do real, do concreto, dos fatores que atingem direta e indiretamente a subsistência e a existência da vida humana. Logo, é a partir do contexto da vida das

peessoas que “a interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas” (CRENSHAW, 2004, p. 16).

Como aponta Ratts (2016, p. 124), há um tempo a interseccionalidade não era utilizada como hoje, mas estava presente no pensamento de intelectuais que nos atentavam para essas problemáticas que se entrecruzam sobre indivíduos que fogem às normatizações e padronizações branco ocidental cis-heterossexual cristã. Sem vírgulas. Logo, Audre Lorde, Beatriz Nascimento, Ângela Davis, Lélia Gonzalez, podemos acrescentar, Sueli Carneiro, já nos atentavam há tempos sobre as questões interseccionais do racismo e do sexismo, principalmente no corpo da mulher negra.

Mas, a interseccionalidade ganha uma forma sistematizada com Kimberlé Crenshaw, que é a responsável por inserir essas situações na análise de mulheres, principalmente as mulheres negras. “Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros” (AKOTIRENE, 2020, p. 18).

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2020, p. 19).

Vale destacar que a não efetivação da interseccionalidade gera a superinclusão, ou seja, quando a EJA é analisada somente pelo viés da classe, a questão racial é absorvida sem que seja contestada, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel dessa questão, assim como sua influência sobre a vida desses sujeitos e em sua trajetória escolar. Isso gera o enfraquecimento das políticas públicas, uma vez que, “os esforços no sentido de remediar a condição ou abuso em questão tendem a ser tão anêmicos quanto a compreensão na qual se apoia a intervenção” (CRENSHAW, 2002, p. 175).

Assim, ainda que o perfil das e dos estudantes da EJA seja hegemonicamente constituído de indivíduos que trabalham, inúmeras questões são desprezadas por não fazerem parte da pauta da luta contra a desigualdade econômica. Sendo assim, o racismo, o gênero, a

SILVA, SOUSA & TIEPPO, *Mapeamento das pesquisas sobre o ensino de geografia e a questão racial (2006 - 2016): reflexões teórico-metodológicas sobre a EJA em uma perspectiva interseccional*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.352

sexualidade, o regionalismo linguístico e a juvenilização, por exemplo, ficam de fora das análises.

Ainda segundo Crenshaw, “a discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos em que forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo” (2002, p. 176), de forma a colocar pessoas em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Isso se dá, “por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo – estrutural - é, muitas das vezes, invisível” (CRENSHAW, 2002, p. 176).

Nesta pesquisa, a questão da interseccionalidade é essencial, pois no Brasil, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016, das pessoas entre 14 e 29 anos, contabilizadas em 24,8 milhões, ou não frequentavam a escola ou não haviam passado por todo ciclo educacional até a conclusão do Ensino Superior. Desse grupo, 52,3% eram homens e mais da metade deles declararam não estar estudando por conta do trabalho; 24,1% deles declararam não ter interesse em continuar os estudos. Ainda desse grupo, 30,5% são mulheres e disseram que não estudavam por conta de trabalho; 26,1% delas justificaram, como causa da evasão escolar, a necessidade de dar conta dos afazeres domésticos e/ou o cuidado de pessoas; as outras 14,9% disseram não ter interesse em retomar os estudos.

Para entender o perfil dos e das estudantes da EJA que são, em sua grande maioria pertencentes à classe trabalhadora, é preciso considerar também as dimensões de raça, que vai dizer muito sobre a trajetória de vida desses e dessas estudantes. Ou seja,

as desigualdades raciais no Brasil têm impedido milhões de negros e negras a terem acesso aos direitos fundamentais. Essa afirmação, cada vez mais presente na mídia, em estudos, estatísticas e pautas governamentais, evidencia que o racismo traz consequências para a população negra em todas as esferas da vida social (trabalho, educação, saúde, moradia, expectativa de vida etc.). (PASSOS, 2010, p. 101)

Ainda de acordo com os dados da PNAD (2016), agora sobre a questão de cor ou raça, a taxa de escolarização de pessoas brancas (37,4%) foi superior à de pessoas pretas ou pardas (29,4%). Os dados das taxas de analfabetismo, ainda que nesta pesquisa

estejamos tratando diretamente do Ensino Médio, nos ajudam a visualizar a grande necessidade de darmos atenção especial para a EJA, de forma interseccional, pois entre as pessoas pretas ou pardas a taxa de analfabetismo foi de 9,9%, ou seja, mais que o dobro das pessoas brancas (4,2%). Entre as pessoas de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo chegou a 20,4%, sendo 11,7% para as pessoas brancas e 30,7% para as pessoas pretas ou pardas. O estudo mostrou que, em média, a população do país tinha 8 anos de estudo, sendo que as pessoas brancas se mostraram mais escolarizadas (9 anos) em relação às pretas ou pardas (7,1 anos).

Entendendo que negros e negras formam grande parte de jovens, adultos e adultas em exclusão do processo educacional formal, é proposto a realização de um mapeamento das pesquisas sobre a EJA, articulando as questões de classe, de raça e as possíveis contribuições da Geografia para esse debate, uma vez que os sujeitos da EJA carregam duas marcas centrais: são pessoas trabalhadoras das classes populares/subalternas e, em sua grande maioria, negros e negras.

Revista da ANPEGE e a Revista Brasileira de Educação em Geografia: qual o diálogo com a EJA e a Questão Racial?

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) congrega os programas de Pós-Graduação em Geografia com docentes, estudantes de pós-graduação e profissionais que se dedicam à pesquisa em Geografia nos mais de 60 programas distribuídos pelo território nacional. Além de promover reuniões bienais sob o título de Encontro Nacional da ANPEGE (ENANPEGE), existem poucas informações sobre a referida Associação, bem como sobre seus encontros.

Assim, para que possamos compreender como estão inseridas as temáticas da EJA e a questão racial no campo geográfico, optou-se por analisar a revista da ANPEGE em substituição aos artigos apresentados nas edições dos ENANPEGEs e, posteriormente, analisar a Revista Brasileira de Educação em Geografia, pois compreendemos que nesses dois veículos estão congregadas inúmeras publicações resultantes de pesquisas dos mais diversos pesquisadores distribuídos pelo Brasil, além de congregar tanto a Geografia Acadêmica quanto a Geografia Escolar.

O fato de construirmos uma compreensão de como está articulada a Geografia Universitária e a Geografia Escolar, debate muito caro entre os pesquisadores e pesquisadoras da Geografia, se torna importante, uma vez que foi uma equipe de docentes universitários que coordenou a construção do material didático da Geografia para o Programa “Nova EJA”, implantado no estado do Rio de Janeiro em 2013. Refletir sobre a relação mencionada trará alguns elementos para uma melhor análise do material em questão. Nesse sentido, Andrade (1981) afirma que

O conhecimento científico é profundamente dinâmico e evolui sob a influência das transformações econômicas e de suas repercussões sobre a formulação do pensamento científico. Assim, objeto e os objetivos de uma ciência são relativos, diversificando-se no espaço e no tempo, conforme a estruturação das formações econômicas e sociais. (ANDRADE, 1981, p. 11).

Assim, até que ponto o avanço científico da Geografia Universitária influenciou a Geografia Escolar? Até onde elas, a Geografia Universitária e Escolar, convergem ou divergem, se alimentam e/ou se retroalimentam? A Geografia Universitária e a Geografia Escolar estão atentas ao contexto atual do espaço geográfico, bem como os sujeitos que produzem e reproduzem a suas condições de existência nele e a partir dele? A ciência geográfica está possibilitando uma mediação didática de conhecimentos conceituais em conteúdo escolar? Pontuschka (2005, p. 113), informa que “até os anos 60, muito pouco se sabia sobre a produção de pesquisas voltadas para o ensino e aprendizagem da Geografia”.

Menezes (2015) destaca que:

a relação entre a Geografia acadêmica e a escolar não é feita somente de encontros, mas também de desencontros. Em diversos momentos, perceber-se-á que a realidade atual do ensino de Geografia será explicada em função da assimetria, do descompasso e do distanciamento entre estas duas vertentes. Por outro lado, em outras situações a articulação entre a ciência geográfica e a disciplina escolar de Geografia, será responsável por permitir a compreensão de acontecimentos em determinadas épocas. (MENEZES, 2015, p. 344).

No final do século XIX, com as mudanças na organização social, política e econômica mundial, o ensino da Geografia, assim como de outras ciências, começa a vivenciar um intenso processo de desenvolvimento. Neste sentido, a Geografia se institucionalizou como disciplina obrigatória nos currículos escolares no final do século XIX, na Alemanha.

SILVA, SOUSA & TIEPPO, *Mapeamento das pesquisas sobre o ensino de geografia e a questão racial (2006 - 2016): reflexões teórico-metodológicas sobre a EJA em uma perspectiva interseccional*

Doi: 10.51308/continentes.v11i21.352

Nesta época, a disciplina começou a ser ensinada em todas as escolas e universidades do país. A consolidação da Geografia no ensino articulava-se à perspectiva positivista, também conhecida como Geografia Clássica. Ela é marcada pela suposta neutralidade e pela localização e descrição dos fenômenos da superfície do globo. Essa concepção traduziu-se pelo estudo descritivo das paisagens naturais e/ou humanizadas. Do ponto de vista didático, ela influenciou o modelo tradicional de ensino, cujo estudo se assenta em relações mnemônicas, enciclopédicas.

Esse modelo se sustenta na ideia de que a academia era o centro do conhecimento científico, de onde saíam as pesquisas tidas como verdade absoluta, e a escola era vista como reprodutora desse conhecimento. O processo de ensino-aprendizagem se baseava na transmissão dos conteúdos (VESENTINI, 2013). Tratando-se do contexto brasileiro em particular, essa corrente também influenciou o sistema educacional. Mais precisamente em 1837, é o momento em que a Geografia se institucionaliza como disciplina, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

A partir da década de 1970 a Geografia entra em um novo momento da sua história. As intensas transformações nos contextos econômicos, políticos e socioespaciais, decorrentes do término da Segunda Guerra Mundial e da intensificação no processo de globalização, desencadearam novas formas de pensar e ensinar a Geografia.

É neste período que o debate em torno da Geografia Crítica ganha força. Esta corrente surgiu a partir de reflexões realizadas por teóricos de filiação marxista, que tem como objetivo o combate e a desmistificação do caráter impreciso e fragmentário da Geografia Clássica e das máscaras sociais da “renovação” teórica-quantitativa. À Geografia, caberia o papel preponderante de desvelar o conflito de classes e a desigualdade socioespacial, revelando os paradoxos advindos do sistema de produção que (re)produz a divisão social e territorial do trabalho e as estratégias de poder, em meio aos interesses políticos e ideológicos do Estado, frente aos desígnios do grande capital burguês nacional e internacional.

Com base fundamentada no materialismo-histórico e dialético marxista, a Geografia Crítica buscou interpretar o espaço geográfico, considerando as relações entre espaço e

sociedade como eixo de embasamento epistemológico. O diálogo entre processos sociais, espaciais e naturais são entendidos numa relação dialética e considerados constituintes para produção e reprodução da sociedade, portanto, são vistos nesta corrente, como plano de análise da Geografia.

No entanto, na virada do século passado, novos movimentos sociais eclodiram pelo mundo globalizado. “Outros sujeitos” (ARROYO, 2012), antes invisibilizados, passaram a reivindicar direitos sociais, outras formas de ser e estar no mundo. O desenvolvimento social e econômico europeu a ser seguido passou a ser questionado. Os movimentos negros, feministas, camponeses, indígenas, LGBTQIA+, entre outros, clamam e reclamam por liberdade e reconhecimento. Uma nova forma de analisar o espaço geográfico passa a ser construída a partir dos diferentes movimentos sociais. A divisão social e territorial do trabalho, as estratégias de poder em meio aos interesses políticos e ideológicos do Estado, frente aos desígnios do grande capital burguês nacional e internacional associados, sozinhos já não mais dão conta desses “outros sujeitos”.

Desse modo, será que “a Geografia, através da análise dialética do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo” (MOREIRA, 1982, p. 14)? Será que ela conseguiu construir uma interseccionalidade em seu campo, uma vez que “outros sujeitos sociais se fazem presentes em ações coletivas e em movimentos? Até nas escolas/universidades chegam sujeitos outros que nunca chegaram. Eles trazem e exigem Outras Pedagogias?” (ARROYO, 2012, p. 1)

Pontuschka (2005) chama nossa atenção para a relação dialética entre a Geografia Universitária e a Geografia Escolar. Tal relação é mediada pela realidade da sala de aula e as transformações históricas pelas quais passam a academia. Sendo assim, até que ponto as transformações sociais, acontecidas nas últimas décadas do século, impactaram essa relação? Pontuschka (2005) afirma que

A disciplina escolar Geografia está no jogo dialético entre a realidade, a realidade da sala de aula e da escola, entre as transformações históricas da produção geográfica na academia e as várias ações governamentais representadas hoje pelos guias, propostas curriculares, parâmetros curriculares nacionais de Geografia; avaliações impostas aos professores, sem

mudanças radicais na estrutura da escola e na organização pedagógica global e pelo embate acirrado entre a escola pública e privada. (PONTUSCHKA, 2005, p. 111)

Arroyo (2012) alerta para a configuração e a necessidade de uma “nova Pedagogia”, e pensando nessa pesquisa, utilizamos o termo “nova Geografia”, uma Geografia escolar que esteja atenta as mudanças sociais ocorridas, que levem em considerações os inúmeros sujeitos antes escondidos, mas que por meio de intensas lutas, ganharam visibilidade. Sujeitos esses que lutam não somente contra a desigualdade econômica que os unem, mas também pelas especificidades que os diferenciam e precisam ser consideradas no processo de ensino/aprendizado, e que avalie o contexto das e dos estudantes, em nosso caso, a questão da interseccionalidade.

Diante dessas considerações, surgem questionamentos do tipo: até que ponto a Geografia Universitária possui arcabouços teóricos que subsidiem a Geografia Escolar para dar conta da atual realidade das salas de aula do Brasil? O quanto essa Geografia tem de leitura de mundo tal como ele está hoje?

A compreensão da EJA deve ocorrer no âmbito de uma concepção mais ampla, que contemple os múltiplos processos de formação através da potencialização de jovens, adultos e adultas nas suas diversas dimensões. Estudar o espaço geográfico, segundo Vazzoler (2006b, p.151), “longe de uma visão de neutralidade, auxilia na compreensão de estruturas de ordem sociopolítica e econômica mundial, constituindo saber indispensável”, pois “cabe a Geografia compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nele se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza”.

Nesse sentido, já não é mais possível analisar de forma homogênea a apropriação do espaço geográfico, considerando somente as relações de produção pautada no viés econômico. É necessário levar em conta as novas reivindicações por parte dos “novos sujeitos”, que lutam por demandas específicas e arranjos espaciais diferenciados, que contemple as suas necessidades existenciais a partir dos seus modos de vida.

São eles, os novos/velhos atores sociais em cena. Estavam em cena, mas se mostram como autores em público, com maior ou novo destaque. Seu perfil é diverso, trabalhadores, camponeses, mulheres, negros, povos indígenas,

jovens, sem teto, sem creche... Sujeitos coletivos históricos se mexendo, incomodando, resistindo. Em movimento. Articulados em lutas comuns ou tão próximas por reforma agrária, urbana, educativa. Por trabalho, salários, carreira. Por outro projeto de campo, de sociedade (ARROYO, 2012, p. 26).

A Geografia tem um papel central na compressão dessas pessoas e nesse projeto de sociedade, mas para tanto é necessário pensar e construir ações de interseccionalidade, pois somente um aspecto, uma dimensão da luta, já não é mais possível/suficiente. Sendo assim, Pontuschka (2005) aponta o tamanho do desafio a ser enfrentado e a responsabilidade da academia dentro desse processo:

Não existem respostas mágicas para essas questões, a universidade tem um papel importante na análise do contexto da educação atual do país a ser realizada junto com os professores das escolas do ensino fundamental e médio. Esse esforço conjunto tem que ser feito mesmo considerando as dificuldades de interação entre duas instituições com ritmo de trabalhos e objetivos diferentes, porque enquanto a universidade tem como a preocupação, em nosso caso específico, formar o profissional de Geografia, seja ele geógrafo ou professor de Geografia, essa disciplina escolar no ensino fundamental e médio precisa formar uma criança e um jovem que deverão se movimentar bem no mundo de hoje, com a complexa realidade desde o final do milênio, e ainda, prepará-los para enfrentar outras transformações que estão por vir. A escola da fábrica do século passado ainda está aí e não dá conta da formação desse jovem. Há que se pensar em um ensino que forme o aluno do ponto de vista reflexivo, flexível, crítico e criativo. Não é uma formação para o mercado de trabalho apenas, mas um jovem preparado para enfrentar as transformações cada vez mais célebres que certamente virão. A escola, particular ou pública, precisa ser repensada para formação desse novo jovem. Pesquisas conjuntas devem ser realizadas com urgência. (PONTUSCHKA, 2005, p. 112)

Partindo do pressuposto da importância da articulação entre a Geografia Universitária e a Geografia Escolar, foram analisados 18 volumes da Revista da ANPEGE, distribuídos em 18 números ao longo do recorte temporal proposto (2006-2016). Nesse período foram publicados 201 artigos, dentre eles, identificou-se quantos estavam dentro do campo da Geografia Escolar. Após a primeira análise, criou-se a Tabela 1 e foi concluído que somente 9 artigos, ou seja, cerca de 5% do total de artigos publicados, atendiam a esse critério, como será exposto na Tabela 1. A metodologia adotada para identificar o eixo central das pesquisas, que serão apontadas, foi a de ler apenas os resumos das mesmas e entender a sua relação com os eixos propostos nesse artigo.

TABELA 1. OCORRÊNCIA DE ARTIGOS SOBRE GEOGRAFIA ESCOLAR, EJA E QUESTÃO RACIAL NA REVISTA DA ANPEGE NO DECÊNIO (2006-2016)

VOLUME	NÚMERO	ANO	ARTIGOS	ARTIGOS SOBRE GEOGRAFIA ESCOLAR	EJA	QUESTÃO RACIAL
12	19	2016	18	3	0	0
12	18	2016	18	1	0	0
12	17	2016	11	0	0	0
11	16	2015	14	0	0	0
11	15	2015	12	0	0	0
10	14	2014	6	0	0	0
10	13	2014	6	1	0	1 ⁵
09	12	2013	6	0	0	0
09	11	2013	10	0	0	0
08	10	2012	10	0	0	0
08	09	2012	9	0	0	0
07	01 ⁶	2011	25	3	0	1 ⁷
07	08	2011	11	0	0	0
07	07	2011	11	0	0	0
06	06	2010	11	0	0	0
-	05	2009	11	1	0	0
-	04	2008	6	0	0	0
-	03	2007	6	0	0	0

Fonte: Website da Revista da ANPEGE (Elaboração própria).

Considerando que nenhum desses 9 artigos no campo da Geografia Escolar discutiam sobre a EJA e/ou a questão racial no campo educacional, pode-se concluir que há uma

⁵Diogo Marçal Cirqueira, Gabriel Siqueira Corrêa. Questão étnico-racial na Geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações.

⁶ Edição especial.

⁷Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Cartografia da Diáspora África-Brasil.

importante lacuna de pesquisa dentro do âmbito da Geografia sobre essas duas dimensões, uma vez que, ao analisarmos os 201 artigos publicados na Revista da ANPEGE e buscarmos pesquisas geográficas sobre as relações raciais, encontramos somente dois trabalhos que articulam os eixos.

O artigo de Diogo Marçal Cirqueira e Gabriel Siqueira Corrêa, *Questão étnico-racial na Geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações*, aborda a influência do movimento negro nas discussões sobre as questões étnico-raciais no Brasil. Os autores objetivam construir um levantamento e, posteriormente, analisar as dissertações e teses produzidas nos programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil acerca da questão étnico-racial, no intuito de compreender como a Geografia Acadêmica se insere no debate proposto. Destacam também, a irrisória produção de pesquisa sobre a temática, além de apontarem quatro tendências teórico-metodológicas de abordagem sobre o tema: o negro e a Geografia; identidades e territorialidades negras; a Geografia de países africanos; território e manifestações culturais e religiosas.

Já o artigo de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, *Cartografia da diáspora África – Brasil*, leva em conta que as questões estruturais sobre a cultura africana no Brasil merecem ser investigadas, pois está “relacionada aos aspectos historiográficos e geográficos da formação e distribuição da população de ancestralidade na África do território brasileiro” (ANJOS, 2011, p. 261). Partindo desses pressupostos, o objetivo do autor consistiu em resgatar as principais referências da diáspora África-América-Brasil, e configuração espacial da população afro-brasileira contemporânea, visto que o preconceito e o desconhecimento sobre essa parcela da população brasileira e, também, do que se refere ao continente africano, são obstáculos estruturais a uma efetiva democracia racial, bem como na implementação de políticas públicas articuladas e eficazes no sentido de acabar com o racismo.

Anjos (2011) destaca a importância central da Geografia na discussão do debate acima e como ela é uma estratégia poderosa da diluição do mito da democracia racial a no Brasil, uma vez que:

A Geografia é a ciência do território e este componente fundamental, a terra, o terreno num sentido amplo, continua sendo o melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta as marcas da historicidade espacial; do que está acontecendo, isto é, tem registrado os agentes que atuam na configuração geográfica atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo. (ANJOS 2011, p. 262)

Nesse sentido, o autor lança mão dos mapas, uma vez que os considera ferramentas importantes e eficazes de e para uma leitura do mundo real, possibilitando, assim, inúmeras leituras reais do território em análises a partir dos arranjos e rearranjos sociais e naturais. Simplificando, reduzindo, sistematizando leituras interpretativas sobre o território e auxiliando nas tomadas de decisões. Anjos (2011) afirma que:

Os mapas, por sua vez, são as representações gráficas do mundo real, se firmam como ferramentas eficazes de interpretação e leitura do território, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e feições naturais do espaço e, justamente por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. Estes possibilitam revelar graficamente o que acontece na dinâmica do espaço e tornam-se cada vez mais imprescindíveis, por constituírem, uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução, a explicação e de pistas para a tomada de decisões e soluções dos problemas. Não podemos perder de vista que um mapa não é o território, mas que nos produtos da cartografia estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do território. (ANJOS, 2011, p. 262)

Apesar dos dois artigos sobre Geografia e a questão racial apontarem para o papel central da Geografia ao debate sobre a referida temática, e trazerem contribuições teórico-metodológicas importantes, considera-se que ainda estamos engatinhando nesse sentido. Porto-Gonçalves (2007, p. 9) aponta que “as ciências humanas, inclusive as ciências híbridas como a Geografia, não estavam preparadas para a emergência desses movimentos”, dos quais Arroyo sinalizou nos parágrafos anteriores. Santos (2007) confirma tal situação:

Dentro do amplo conjunto de temas e enfoques que vêm construindo novas tendências e ramos na Geografia (Cultural, da Religião, da Saúde, do Turismo etc.), chamamos aqui a atenção para o interesse de alguns (ainda poucos) geógrafos na produção de uma (re)leitura de dimensões espaciais das relações raciais na sociedade brasileira. (SANTOS, 2007, p. 21)

Assim, dentro da Geografia Universitária, aqui representada pelos artigos publicados pela Revista da ANPEGE, observamos que o espaço para pesquisa sobre a Geografia

Escolar ainda é ínfimo. Paralelamente, quando se trata de relações raciais sobre ou no espaço geográfico brasileiro, a situação não muda, como apontado no Quadro 1.

QUADRO 1. ARTIGOS DA REVISTA ANPEGE SOBRE GEOGRAFIA ESCOLAR E QUESTÃO RACIAL.

VOLUME	NÚMERO	ANO	ARTIGOS	
			AUTORIA	TÍTULO
12	19	2016	Marcos Antônio Campos Couto	Base Nacional Comum Curricular - BNCC componente curricular: Geografia
12	19	2016	Benhur Pinós da Costa	A escola como espaço: identidades de gêneros e sexualidades e suas hierarquias
12	19	2016	Ricardo Lopes Fonseca, Rosana Figueiredo Salvi	A formação inicial do professor de Geografia frente à educação inclusiva
12	18	2016	Helena Copetti Callai, Lana de Souza Cavalcante, Sonia Maria Vanzela Castellar, Vanilton Camilo de Souza	O ensino de Geografia nos trabalhos apresentados no XI ENANPEGE
10	13	2014	Diogo Marçal Cirqueira, Gabriel Siqueira Corrêa	Questão étnico-racial na Geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações
10	13	2014	Ricardo Lopes Fonseca, Rosana Figueiredo Salvi, Eloiza Cristiane Torres	O estado da arte das pesquisas em dissertações de mestrado em ensino de Geografia: contribuição para uma avaliação a partir das pesquisas nos programas nacionais de stricto sensu (2008 – 2012)

07	01	2011	Lana de Souza Cavalcanti	Ensinar Geografia para a autonomia do pensamento
07	01	2011	Flaviana Gasparotti Nunes	Projetos de formação escolar para escolas em áreas de fronteira
07	01	2011	Marcello Martinelli	As cartografias e os atlas geográficos escolares
07	01	2011	Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	Cartografia da diáspora África-Brasil
-	05	2009	Nelson Rego	Geografia, Educação, Linguagem: elementos de uma reconstrução ontológica?

Fonte: Website da Revista da ANPEGE (Elaboração própria).

Compreendemos que a análise da revista é uma pista, um indício da situação das pesquisas geográficas, porém, não podemos ser levianos ao afirmar, categoricamente, que essa situação representa fielmente o cenário das pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, nem tão pouco as pesquisas desenvolvidas por professores das instituições de Ensino Superior, pois, entendemos que a Revista possui um limite quantitativo para publicações, além de outros fatores. Não podemos desprezar esses dados, mas sim refletir sobre eles, como o fazem Cirqueira e Correa (2014):

Podemos encontrar abordagens acerca da questão étnico-racial e a formação do território brasileiro no discurso geográfico produzido durante o século XIX e XX (MORAES, 1991a, 1991b). Contudo, ao tempo em que a Geografia se institucionaliza – com o surgimento das universidades brasileiras – notamos que o tema se torna rarefeito como objeto de análise; debates em torno dessa temática presentes na Antropogeografia de Ratzel (1882) e nos escritos de Élisée Reclus sobre Escravidão nos Estados Unidos (1860) não são apropriados pela intelligentsia geográfica, a não ser em obras isoladas e sem expressão. (CIRQUEIRA e CORREA, 2014, p. 33)

Com a finalidade de cartografar as pesquisas no âmbito da Geografia Escolar, lançamos mão da análise das publicações da Revista Brasileira de Educação em Geografia, lançada em 2011. A cada edição, constitui-se como importante veículo de divulgação científica

de pesquisas sobre a Educação em Geografia no Brasil e no exterior, sobretudo em países ibero-americanos, por incentivar e fomentar práticas e reflexões realizadas em espaços formais e não formais de educação.

Como podemos observar na Quadro 2, foram analisados 6 volumes, 12 números, em um total de 134 trabalhos. Seguindo a mesma tendência verificada na Revista da ANEPGE, o número de trabalhos sobre a EJA e a questão racial é muito reduzido. No universo dos trabalhos analisados, somente dois tomam a EJA, e um trata da questão racial. Sendo assim, observamos que os desafios ainda são enormes, o que também justifica a importância dessa pesquisa, uma vez que ela busca a interseccionalidade entre esses dois campos.

Quadro 2. OCORRÊNCIA DE ARTIGOS SOBRE A EJA E QUESTÃO RACIAL NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM GEOGRAFIA NO DECÊNIO (2006-2016)

VOLUME	NÚMERO	ANO	TRABALHOS ⁸	AUTORIA	TÍTULO
06	12	2016	15	-	-
06	11	2016	23	-	-
05	10	2015	16	-	-
05	09	2015	09	Thiago Augusto Nogueira de Queiroz	O TEMA ÁFRICA E A GEOGRAFIA ESCOLAR: uma experiência no Ensino Fundamental II
04	08	2014	13	-	-
04	07	2014	10	-	-
03	06	2013	10	-	-
03	05	2013	08	-	-

⁸ Diferentemente da tabela e quadro anteriores, optamos por considerar trabalhos ao invés de artigos, pois a Revista Brasileira de Educação em Geografia divide-se internamente em dossiês, artigos e práticas educativas, e para nossas análises, estamos considerando os três tipos de trabalhos.

02	04	2012	10	Rafael Rossi e Maria Peregrina de Fatima Rotta Furlanetti	PODER, CULTURA E TERRITÓRIO: a educação de jovens, adultos e idosos como luta e resistência em Presidente Prudente (SP)
02	03	2012	07	-	-
01	02	2011	06	-	-
01	01	2011	07	Enio Serra	O mundo do trabalho na Geografia a ser ensinada na educação de jovens e adultos.

Fonte: Website da Revista Brasileira de Educação em Geografia (Elaboração própria).

Após identificarmos nos títulos os trabalhos que provavelmente teriam interseccionalidade entre a EJA, a questão racial e o Ensino de Geografia, seguiu-se a metodologia adotada anteriormente, de ler os resumos dos três trabalhos apontados no Quadro 2. Por se tratar especificamente de trabalhos cujo objetivo é a Geografia Escolar, lemos também o conteúdo de cada um dos artigos para extrair deles as possíveis contribuições do ensino de Geografia nos campos de interesse desta pesquisa: a EJA e a questão racial.

O artigo *África e a Geografia escolar: uma experiência no Ensino Fundamental II*, de Thiago Augusto Nogueira de Queiroz, é um trabalho publicado na sessão de práticas educativas da Revista Brasileira de Educação em Geografia. É uma experiência pedagógica, fruto do estágio supervisionado desenvolvido no ensino fundamental, mais especificamente no estágio supervisionado de formação de professores, em que o autor compartilha a experiência vivenciada com a turma do 9º ano da Escola Estadual Nestor Lima, em Natal (RN), quando o referido autor trabalhou a formação e ressignificação do conceito de África.

Ao narrar e problematizar o planejamento das aulas, Thiago Queiroz traz também elucidações conceituais sobre a Geografia Escolar e a utilização dos livros didáticos no processo de ensino/aprendizagem. Toma como norte teórico-metodológico a

SILVA, SOUSA & TIEPPO, *Mapeamento das pesquisas sobre o ensino de geografia e a questão racial (2006 - 2016): reflexões teórico-metodológicas sobre a EJA em uma perspectiva interseccional*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.352

construção de conceitos geográficos a partir da Cavalcanti (1998) e Vygotsky (1987), tendo como pano de fundo dessas questões o objetivo do estágio supervisionado na formação do futuro professor de Geografia.

Já o artigo de Rafael Rossi, Maria Peregrina de Fatima Rotta Furlanetti, intitulado *Poder, cultura e território: a educação de jovens, adultos e idosos como luta e resistência em Presidente Prudente (SP)*, teve como objetivo refletir sobre as dificuldades no alcance da meta por uma educação formal e de qualidade para as pessoas jovens, adultas e idosas. O texto apresenta reflexões sobre o ambiente institucional escolar como território restrito, que exclui e impede o acesso das pessoas jovens, adultas e idosas à educação formal. No sentido de construir uma ação contra, aponta a necessidade de recorrer à cultura popular, pois através dela o sentimento de coletividade fortalece as reivindicações, “a fim de que possam prosperar ações de agentes preocupados com uma educação com maior justiça social e patamares mais efetivos de democracia” (ROSSI e FURLANETTI, 2012, p. 65).

Rossi e Furlanetti (2012) defendem como uma estratégia para o fortalecimento da EJA, a valorização da cultura escolar, o engajamento tanto por parte dos pesquisadores e pesquisadoras da EJA, quanto dos sujeitos envolvidos diretamente com essa modalidade de ensino, a construção do sentimento de coletividade com o fim de potencializar as reivindicações e, assim, diluir os problemas em torno da demanda de aberturas de salas de EJA apontadas pelos autores, mas que não é atendida pelo gestor público. Sob essas perspectivas se faz urgente e necessária a defesa da educação como justiça social para efetivar, de fato, a democracia.

Por último, o artigo do professor Enio José Serra dos Santos, *O mundo do trabalho na Geografia a ser ensinada na educação de jovens e adultos*, reflete sobre o conhecimento escolar da Geografia presente em propostas curriculares oficiais elaboradas para o Ensino Fundamental, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). O autor constrói sua análise a partir da Coleção ProJovem e da Coleção Cadernos de EJA, que são materiais produzidos pelo governo federal e distribuídos para as escolas públicas, além de serem disponibilizados no site do MEC. Nos materiais analisados são

evidenciados processos de reelaboração didática de conhecimentos geográficos, tendo como foco os conteúdos relativos ao mundo do trabalho. Sobre o trabalho destaca que

Procura-se, assim, compreender os sentidos atribuídos a tais conteúdos quando convertidos para o contexto da escolarização de jovens e adultos trabalhadores. A análise é feita buscando relacionar os processos de reconstrução do conhecimento escolar de Geografia à lógica das recentes políticas curriculares de EJA, que redundaram, entre outras ações da esfera federal, na produção dos materiais didáticos aqui examinados. (SANTOS, 2011, p. 24)

Santos (2011) aponta, ainda, para os limites e avanços desse material, sinalizando para o fato de o mundo do trabalho ser o eixo estruturante das propostas, mas também para a existência de incongruências, no sentido de que os conteúdos são tratados de forma diferenciada em cada proposta. Por seu caráter extremamente prescritivo, o material didático do ProJovem Urbano enrijece as possibilidades de ação do professor. Os Cadernos de EJA, por sua vez, por possuírem outro caráter e forma de organização, apresentam-se com grande potencial inovador no que diz respeito ao atendimento da especificidade de alunos e alunas que trabalham. Entretanto, reconhece que mesmo mediante dessas incongruências, a EJA sai ganhando, pois com material próprio se torna reconhecido como modalidade de ensino e ganha discurso pedagógico, possibilitando críticas, análises e novos contornos.

Os três artigos da Revista Brasileira de Educação em Geografia, sendo dois com foco na EJA, apesar de trazerem reflexões importantes para os problemas enfrentados pela modalidade de ensino, não tem, na sua abordagem, a interseccionalidade das características que sobrepõe os sujeitos da EJA. Logo, não operam sob a perspectiva interseccional.

O artigo de Queiroz, por sua vez, que discute a África no Ensino fundamental, ainda que traga pistas teórico-metodológicas importantíssimas, de como reconstruir conceitos tão enraizados na consciência dos docentes, parte da situação de que é um conteúdo a ser recontextualizado, mas não debate a necessidade de como aquilo reverbera na vida dos e das estudantes. Com isso, não se pretende aqui negar a relevância das pesquisas realizadas no decênio analisado. Porém, vale considerar a dificuldade de construir uma Geografia que esteja associada a grande parte da população brasileira, que é negra,

SILVA, SOUSA & TIEPPO, *Mapeamento das pesquisas sobre o ensino de geografia e a questão racial (2006 - 2016): reflexões teórico-metodológicas sobre a EJA em uma perspectiva interseccional*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.352

porém invisibilizada, quando é trazida para o centro de alguma questão, é sempre pelo viés da negação, da ausência, da precariedade.

É aqui que reside o grande desafio ao longo da cartografia realizada nos trabalhos da Revista da ANPEGE e da Revista Brasileira de Educação em Geografia, observamos que o campo da interseccionalidade ainda se encontra em construção, e por muitas vezes, fragilizado. A existência de pesquisa sobre a questão racial na EJA não garante que as categorias, classe e raça, estejam operando conjuntamente nas análises, mas sim, que em alguns momentos uma estará no foco da questão mais do que a outra, gerando aquilo que Crenshaw (2002) propôs sobre a superinclusão e/ou subinclusão de determinadas categorias.

Ressaltamos que a interseccionalidade, enquanto norte teórico e metodológico, nos impõe um grande desafio, pois nos faz refletir como são pensadas, analisadas, contextualizadas e interpretadas as teorias e mobilizadas as categorias sociais de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras. Sob uma perspectiva interseccional, as referidas categorias, mais do que identidades que podem ser adotadas, rejeitadas ou impostas, são analisadas como construções sociais aglutinadas, sobrepostas e conciliadas, ou seja, são produzidas a partir do contexto de complexas relações de poder e de desigualdade socioeconômicas, políticas e culturais.

Isso implica em um novo modo de conceituar e mobilizar as categorias sociais, pois gera um forte impacto no acesso de todas e todos à igualdade de direitos e à não discriminação. Tal situação precisa passar pelo chão da sala de aula, pelas práticas pedagógicas, pelos conteúdos escolares, enfim, pela cultura escolar. Assegurar estes direitos implica, necessariamente, na criação e aplicação de políticas sociais mais justas e inclusivas que reconheçam os sujeitos que se situam na interseção de vários eixos de desigualdade sobrepostas.

Nesse sentido, a Geografia tem um papel central na potencialização da interseccionalidade, uma vez que o ensino dessa ciência se dá a partir das experiências, percepções e vivências que estudantes adquiriram ao longo do espaço-tempo. Considerando que estão encharcados de vida, vivida em uma sociedade complexa e

contraditória, é preciso que o professor ou a professora se portem como um mediador ou mediadora entre esse mundo extraescolar e o mundo escolar do conhecimento sistematizado, construindo pontes entre eles e elas, e assim enriquecendo o fazer pedagógico sem desconsiderar ou supervalorizar os saberes, como sugerem Santos e Ventura (2015):

No caso do ensino da Geografia para jovens e adultos trabalhadores, é imprescindível, nessa perspectiva, considerar a construção de conceitos cotidianos a partir das percepções, vivências, experiências e memórias dos alunos. Sendo assim, o educador, cujo papel é o de mediador no encontro entre esses dois tipos de conceito, deve levar em conta os saberes produzidos fora da escola, reconhecê-los como legítimos e identificá-los às visões de mundo engendradas a partir do lugar social que as pessoas ocupam, geralmente permeados por precárias condições de trabalho e de sobrevivência. (SANTOS e VENTURA, 2015, p. 149)

É preciso pensar em um ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos como pessoas inseridas no mercado de trabalho, onde os sujeitos são hegemonicamente os que trabalham e que, em sua grande maioria, são negros e negras. Uma interseccionalidade didático-pedagógica que contemple as categorias de classe e raça, deságuam no chão da sala de aula, uma vez que os sujeitos estão imersos social, cultural e politicamente nessas categorias.

Assim, o grande desafio é repensar interseccionalmente esses sujeitos. Anjos (2008) indica que a ciência geográfica é capaz de desvelar a heterogeneidade da população brasileira que a compõe, refletir sobre as desigualdades espaciais e descortinar a diversidade regional.

A Geografia é a ciência do território, e o território é o melhor instrumento de observação do que está acontecendo no Brasil. Ela expõe a diversidade regional, as desigualdades espaciais e a heterogeneidade da população. Essa é a área de conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para os alunos, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para a melhor organização do espaço. A Geografia é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição desigual espacial. (ANJOS, 2008, p. 172)

Com isso, é importante destacar, mais uma vez, o papel central da Geografia na construção de um novo paradigma com base na interseccionalidade dos sujeitos presentes na EJA, em especial os negros e as negras.

Em consonância com essa ideia, Santos (2015, p. 320) ressalta que “a Geografia é uma disciplina fundamental para a constituição dos referenciais posicionais que orientam os comportamentos dos indivíduos e dos grupos”. Portanto, compreendermos os arranjos espaciais onde vivemos e como esses arranjos se interconectam com os demais espaços, como eles se configuram e reconfiguram, auxiliando o indivíduo a identificar posições espaciais, econômicas, sociais, políticas e raciais que se materializam nesses espaços. Assim, é necessária uma maior integração entre a produção acadêmica geográfica e a Geografia Escolar, visto que “este caráter de saber posicional, tão crucial para a Geografia, merece ser objeto de reflexão e assim ser a base para a práxis dos professores de Geografia”, conforme Santos (2015, p. 337) defende.

Nesse sentido, o contexto demonstrado nos impulsiona a refletir e provocar mudanças significativas na cultura pedagógica da EJA, visto que seus valores, conhecimentos, atitudes, expectativas não coincidem, na maioria das vezes, com a cultura escolar e, em particular, com a proposta pedagógica que os programas ou cursos se propõem a desenvolver. Esse fato exige repensar as propostas pedagógicas, considerando as peculiaridades do público jovem e negro. Percebe-se que as discussões sob um viés da interseccionalidade, ainda é frágil.

Conclusões

Observamos que não se trata apenas de poucas iniciativas reflexivas. Não exclusivamente isso, mas também tímidos os registros. Pois, na verdade muito vêm sendo realizado no ensino, mas o registro das práticas é que não estão ocorrendo no mesmo ritmo, o que conseqüentemente gera tímidas reflexões por parte da Geografia sobre repensar o seu próprio ensino sob uma perspectiva interseccional. Ainda que seja possível uma potencialidade da Geografia a partir das suas categorias analíticas, ao nos voltarmos para a produção e construção desse conhecimento, o desenvolvimento de

pesquisas ainda se encontra em fase embrionária. Uma vez que consideremos que, na Revista ANPEGE, dos 201 artigos publicados, somente nove discutiam o ensino da Geografia, e que entre esses mesmos 201 artigos, somente dois tinham a questão racial como foco de análise.

Na Revista Brasileira de Educação em Geografia, a situação não é tão diferente, haja vista que dos 134 artigos analisados, somente um discutia a questão racial e dois, a EJA. Observamos que a Geografia ainda se ocupa de temas tradicionais, colaborando para a manutenção da invisibilização histórica de determinados sujeitos, sobretudo de pessoas negras. Ao voltar suas análises para temáticas como a formação de professores, currículo, trabalho de campo, práticas pedagógicas e livros didáticos, valoriza-se o tradicionalismo temático, deixando, muitas vezes, de se questionar sobre quem são esses sujeitos, que são foco do ensino da Geografia também. Quais são suas culturas? Em que perspectivas políticas esses sujeitos estão imersos? Quais são suas condições de existência? Como se inventam e se reinventam nos seus modos de vida? Quais são suas representações sociais? Suas lutas políticas? Reivindicações sociais? Como isso chega até a escola?

Cientes dos limites deste artigo, não será possível aprofundar essas complexas questões, mas refletindo especificamente sobre os sujeitos da análise, é possível destacar a pretensão de se construir um olhar interseccional sobre estudantes jovens, adultos e adultas no mercado de trabalho e a questão racial.

Olhando especificamente para as pesquisas no setor da Educação, o avanço sobre a EJA e a questão racial foi maior, mas é necessário ampliar a articulação e integração no sentido de se construir e fortalecer um olhar interseccional sobre esses sujeitos. Caso contrário, corre-se o risco de continuarmos elaborando pistas teórico-metodológicas que desconsideram as múltiplas categorias sociais a que estes sujeitos integram. O que Crenshaw (2002) classificou como a permanência dos fatores de discriminação que operam articuladamente sobre esses sujeitos, e assim, impedem a efetiva coesão e implementação das políticas públicas com o fim de uma educação democrática, justa e igualitária.

Já pelo lado da ciência geográfica, se tem uma frágil articulação entre a Geografia Universitária e a Geografia Escolar. Sendo necessário construir uma agenda propositiva em que esses dois campos trabalhem juntos, no sentido de se alimentarem e retroalimentarem, considerando o espaço geográfico e sua construção a partir dos sujeitos que neles atuam.

A análise dos trabalhos indica o potencial que a ciência Geográfica pode trazer para o debate da questão racial, tendo como foco a interseccionalidade. Portanto, é preciso que as agendas de fomento invistam financeiramente em pesquisas, cujo cenário esteja permeado por esses “novos sujeitos” invisibilizados.

Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, não são vistos ou considerados sob os fatores que geram a opressão e exclusão escolar, que neste caso específico, são as questões de classe e raça. Somado a isso, identificamos também uma grande lacuna no campo do ensino da Geografia que debate a EJA e a questão racial. Portanto, um conhecimento construído com a percepção da constituição e das demandas da sociedade brasileira pode embasar a ação do Estado, ao fundamentar, por exemplo, políticas públicas que venham a contribuir com a luta antirracista.

Uma Geografia que se proponha a romper com o sistema hegemônico excludente, precisa romper, também, com a estrutura eurocêntrica que tanto invisibiliza e segrega as camadas mais prejudicadas da sociedade.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1981.

ANJOS, Rafael Sanzio Araujo dos. A Geografia, a África e os Negros. In. MUNANGA, Kabengele. (Org). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, p. 169-180.

_____. Cartografia da diáspora África – Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 261-274, out. 2011b.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL, AGÊNCIA IBGE. PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo>>. Acessado em 16/04/2018.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana – Lei 10.639/2003 (10 anos)**. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, Brasília: SECAD. 2006.

SILVA, SOUSA & TIEPPO, *Mapeamento das pesquisas sobre o ensino de geografia e a questão racial (2006 - 2016): reflexões teórico-metodológicas sobre a EJA em uma perspectiva interseccional*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.352

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnico-racial na Geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da ANPEGE**, v. 10, p. 29-58, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In. VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas** [online], vol.10, nº 1, p.171-188, 2002.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, Ago./2002.

GOMES, Nilma Lino. SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 87-104.

MENEZES, Victória. Sabbado. A historiografia da Geografia acadêmica e escolar: uma relação de encontros e desencontros. **Geographia Meridionalis**, v. 1, n. 2, p. 343-362, 2015.

MOREIRA, Ruy (Org.) A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: **Geografia: teoria e critica; o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PASSOS, Joana Celia dos. **Juventude negra na EJA: os desafios de uma política pública**. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A Geografia: ensino e pesquisa. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-142.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geografia dos sistema mundo moderno-colonial numa perspectiva subalterna. IN: SANTOS, Renato Emerson. (Org.) **Diversidade**, SILVA, SOUSA & TIEPPO, *Mapeamento das pesquisas sobre o ensino de geografia e a questão racial (2006 - 2016): reflexões teórico-metodológicas sobre a EJA em uma perspectiva interseccional*

Espaço e Relações Étnico-Raciais. *O negro na Geografia do Brasil.* Rio de Janeiro: Autêntica, 2007. p. 7-11.

RATTS, A. Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. **Terra Livre.** Ano 31, v. 1, n. 46, 2016.

ROSSI, Rafael; FURLANETTI, Maria Peregrina de Fatima Rotta. Poder, Cultura e Território: a educação de jovens, adultos e idosos como luta e resistência em Presidente Prudente – SP. **Rev. Bras. Educ. Geog.**, Campinas, v. 2, n. 4, p. 65-83, jul./dez., 2012.

SANTOS, Enio José Serra dos. “O mundo do trabalho na Geografia a ser ensinada na educação de jovens e adultos”. **Rev. Bras. Educ. Geog.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 24-46, jan./jun., 2011

_____.; VENTURA, Jaqueline Pereira. Formação Docente para a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino de Geografia: o paradoxo entre o legal e o real. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves; LOPES, Jader Janer Moreira; FORTUNA, Denizart. (Org.). **Formação de Professores de Geografia: diversidade, práticas e experiências.** Niterói: EdUFF, 2015. p. 129-156.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da lei 10.639. In: _____. (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na Geografia do Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 21-42.

_____. O ensino de Geografia e a Lei 10.639: algumas discussões de currículo. In: SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos; ANTUNES, Charlles da França; SANTANNA FILHO, Manoel Martins de. (Org.). **Ensino de Geografia: produção do espaço e processos formativos.** Rio de Janeiro: Consequência/FAPERJ, 2015. p. 317-339.

VAZZOLER, Leomar dos Santos. As categorias Geográficas como fundamentos para os Estudos sobre a População Negra. In: OLIVEIRA, Iolanda de; SISS, Ahyas (Orgs.).

População Negra e Educação Escolar. *Caderno PENESB 7.* Niterói: Quartet/Eduff, 2006b.

VYGOTSKY, Lev Seminovitch. ***Pensamento e linguagem.*** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1987.

Data de Submissão: 16/04/2021

Data da Avaliação: 27/10/2021